

## taxas

↳ figuras muito amplas, ou seja, existem muitas taxas e várias poderão ser criadas, desde que presentes uma das duas situações previstas pelo art. 146, II, da Constituição.

As taxas podem ser criadas pela União, pelos Estados, pelo DF e pelos Municípios, nas seguintes situações:

- exercício do poder de polícia
- serviço público (específico e divisível / efetivo ou potencial)

a) a criação de taxa em razão do exercício do poder de polícia: o poder de polícia é a manifestação geral da força do Estado, com o objetivo de delimitar, controlar e conformar condutas e direitos individuais.

O exercício do poder de polícia precisa ser efetivo, mediante atividades de controle e fiscalização pública.

art. 78 CTN → poder de polícia

importante → O STF já decidiu que é necessário que o Poder Público mantenha órgão de controle e fiscalização em funcionamento, a fim de que possa exigir taxa em razão do poder de polícia.

▷ Súmula 666

b) criação de taxa em razão de serviços públicos, específicos e divisíveis, de utilização efetiva ou potencial: basta apenas a ocorrência simultânea de apenas 3 deles p/ a legalidade da taxa, uma vez que os conceitos de utilização efetiva ou potencial podem ser considerados como excludentes, sendo necessário que apenas um se manifeste.

° art. 79, II, CTN: serviços específicos.

↳ o serviço específico é aquele bem discriminado, ou seja, em que todos os mecanismos da prestação são conhecidos pelo usuário.

° art. 79, III, CTN: serviços divisíveis

↳ a ideia de divisibilidade está relacionada à identificação dos usuários de cada serviço.



Em algumas situações, é possível que antes da prestação, o usuário seja **indeterminado** e que isso não afronte o preceito legal, desde que no momento da prestação do serviço se consiga identificar o usuário.

#### ↳ Súmula vinculante 19 - STF

Quando os usuários forem **indetermináveis**, não é possível a exigência de taxas, o que significa que os serviços públicos de caráter geral, como segurança ou limpeza de monumentos, não podem ser remunerados mediante taxa.

b.2) **Serviços de utilização efetiva ou potencial**: desde que o Estado preste o serviço, pouco importa se o usuário efetivamente usa.

Os requisitos de **efetividade ou potencialidade** dizem respeito à utilização compulsória, pois o Estado incorre em gastos independentemente de as pessoas os utilizarem ou não.